

A ESQUERDA SOCIALISTA DEMOCRÁTICA NO BRASIL: INTELECTUALIDADE E FRENTEPOPULISMO

*Luiz Fernando da Silva**

Introdução

Em setores da intelectualidade e da esquerda, a discussão teórico-política sobre o Governo Lula desloca-se para novo patamar. *Não mais ocorre em torno da caracterização do atual governo; este passa a ser compreendido como submetido ao capital financeiro e FMI; por outro lado, o PT como instrumento de luta política dos trabalhadores definitivamente passa a ser considerado esgotado.* O debate concentra-se então em questões como: qual terreno político de luta, com que formas de organização política e com qual horizonte estratégico (e tático) enfrenta-se as políticas neoliberais e o atual governo. Esse avanço na discussão é importante e, acima de tudo, necessário e urgente para o período que se abre na luta de classes no país, na qual a reorganização política revolucionária impõe-se como central ao lado da reconstituição de organismos proletários, independentes e classistas.

Essa trajetória ocorre de maneira acelerada, em menos de dois anos da posse de Lula. A demarcação temporal está nitidamente apresentada entre a tramitação e a aprovação da reforma da previdência no congresso nacional e a expulsão dos ex-radicais petistas. O percurso ganhou densidade política com a proposta do Orçamento para 2004, o Plano Plurianual do Governo e a manutenção do superávit fiscal na ordem de 4,75% até 2007. As indicações governamentais, por sua vez, como se registraram na reforma ministerial e no acordo com o FMI, apresentam nitidamente as (contra) reformas sindical, trabalhista, universitária, além da autonomia do Banco Central. O mesmo ocorre nesse ano de 2004, com o crescimento de ocupações de terra no país, desencadeamento de greves como na Polícia Federal, greve dos servidores federais.

Por sua vez, o atrelamento definitivo das correntes petistas e da Central Única dos Trabalhadores ao governo, tem servido como pelego neutralizador das pressões políticas e das mobilizações sociais. As correntes petistas, como “Resgate PT” com seu corpo de

* Militante do PSTU. Doutor em sociologia. Docente do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista – Campus Bauru (UNESP-Bauru).

parlamentares e intelectuais, sabem eles, não conseguirão segurar por muito tempo a revoadada de suas ainda bases.

O debate e as iniciativas políticas, no entanto, encontram-se imersos em diversas tradições políticas e abordagens teóricas, muitas das quais mediadas por velhos mitos frentepopulistas, e tendo como ilusão a *demarcação* em torno “do PT de origem”. Desiludidos com “seu” governo setores de esquerda e da intelectualidade descolam-se da base governamental para reorganizar o descontentamento petista e apresentar proposta em torno do movimento Esquerda Socialista e Democrático, encabeçado por ex- petistas, como Heloísa Helena. Por sua vez, o PT e o Governo Lula sofrem perda irreversível de bases sociais de apoio. Deslocamento esse em setores de vanguardas sindicais e de movimentos sociais, que amplia ainda mais o leque do que existia até o ano passado, quando esteve limitado ao funcionalismo público.

Depois de 25 anos, a questão da reorganização política dos trabalhadores é retomada. O Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores foram resultados da reorganização política em meio ao ascenso na luta de classes no país. Com muita rapidez, no entanto, as teses frentistas foram se impondo hegemonicamente nessas instituições, especialmente durante a década de 1990. A burocratização sindical, o parlamentarismo e o condicionamento à institucionalidade burguesa foram resultados práticos das persistentes concepções frentepopulistas.

Se na virada da década de 1970 apresentava-se forte ascenso nas lutas sociais, atualmente os trabalhadores encontram-se em processo de retomada de lutas.

Esse deslocamento apresenta-se em momento inicial de reorganização política dos trabalhadores. Embora a luta de classes não se encontre em ascenso generalizado, o Governo Lula inicia queda em pesquisas de opinião pública, que indicam descontentamento difuso em diversos setores da população, inclusive em sua base de sustentação política. Os limites de tal conjuntura para trabalhadores e para a esquerda revolucionária certamente interfere na própria reorganização política. Especialmente porque enfraquece e limita o debate político ao marco eleitoral e às referências parlamentares, como acontece nitidamente em torno da ESD. A composição social que referencia esse movimento sustenta-se especialmente no funcionalismo público, que desencadeou no último ano importantes lutas contra a reforma da previdência.

As ilusões frentepopulistas e a reorganização política proposta na ESD

A crítica e o rompimento de setores da intelectualidade acadêmica no país em relação ao Governo Lula manifestam seus contornos em inúmeras referências. Tal movimento de rompimento vem ocorrendo como também ganhando forma política. Mas ao tempo que surgem as críticas, como as realizam Francisco de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e outros, expressam saídas políticas idealistas, especialmente definindo estratégias reformistas e de concretização de Estado de Bem-Estar Social.

Oliveira, por exemplo, expressa essa condição propondo um programa de renda mínima que fosse adotado pelo Estado: "Eu acho que a coisa mais radical que se pode fazer no Brasil é um programa radical de renda social"¹. Por essa razão, "iludem" setores de vanguarda e de trabalhadores sobre o estágio atual do capitalismo e a sua viabilidade, como também sobre as possibilidades de alianças de classes entre proletariado e setores do capital. Coutinho considera que Lula e o PT haviam proposto uma política de alianças, em torno do mundo do trabalho e do "capital produtivo" (burguesia industrial). O objetivo imediato desta aliança seria romper com a política neoliberal do período FHC-Malan e implementar uma nova proposta de desenvolvimento, com criação de empregos e distribuição de renda: "Nenhum de nós exigia de Lula que implantasse por decreto o socialismo no Brasil, mas que encaminhasse uma efetiva e exequível política de reformas, capaz de abrir caminho para transformações mais substantivas"². O adversário desta aliança entre os trabalhadores e a burguesia industrial seria o capital financeiro, nacional e internacional. O equívoco da direção petista e do Governo Lula estaria somente na capitulação do governo Lula aos interesses do capital financeiro, ou seja, à fração atualmente predominante no bloco de poder.

Essas posições expressam nitidamente o *ponto de vista* reformista e aliancista. Ancoram-se em segmentos assalariados das camadas sociais médias, em processo continuado de pauperização, que no último período tiveram acentuado poder de mobilização e luta, e que confiaram no Governo Lula. Mais do que isso estruturam e organizam o pensamento desses setores, constituem sentido democrático-liberal à massa de estratos médios, base sobre a qual se estrutura a "reação democrática". Por essa razão incidem diretamente em setores formadores de opinião pública: professores, jornalistas, artistas.

No caso do contorno político-partidário, que procura galvanizar o descontentamento desses setores assalariados, essa intelectualidade responde com o discurso institucional, em torno do novo partido, que abre total espaço para as perspectivas aliancistas que anteriormente apontamos. Diz o documento:

¹ Entrevista à revista *Reportagem*, fevereiro de 2003.

² Entrevista ao *Jornal do Brasil*, 21 de dezembro de 2003.

Defendemos a construção de uma alternativa partidária com todos os que não aceitam a continuidade da submissão do país aos interesses dos bancos e do FMI, que rejeitam a Alca, o pagamento da dívida externa, a autonomia do Banco Central, o corte dos direitos trabalhistas, previstos na proposta de reforma sindical-trabalhista do governo Lula, e a política de destruição da universidade pública, prevista na reforma universitária.³

A proposta apresentada delimita um escopo de objetivos gerais que, como programa mínimo de mobilização e luta, galvaniza setores em bandeiras de caráter antiimperialista. No entanto, não apresenta o passo seguinte, em nenhum momento da proposta, que fôsse digno de fato de um partido revolucionário: as bandeiras anticapitalistas e os elementos estratégicos relacionados ao poder político. Certamente, pouco esclarece enquanto manifesto a idéia de “socialismo com democracia como objetivo estratégico”.

Esse movimento resulta de várias experiências teórico-políticas, que nos exigem apuramento de análise. Basicamente quatro correntes estruturais se evidenciam no sentido do núcleo central desse movimento: a) o grupo advindo do “partidão”, concentrado no Rio de Janeiro mas com articulação em diversos estados, tendo como figuras principais Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e o ex-deputado federal Milton Temer; b) intelectuais acadêmicos paulistas, especialmente Chico de Oliveira e outros; c) compõem esse bloco também a proposta de organização partidária de docentes das universidades, ligados ao ANDES; d) integrantes de trajetória trotskistas que se deslocaram para o frentepopulismo: CST, MES e Socialismo e Liberdade.

Onde afinal se unificam como denominador comum essas forças políticas tão díspares em suas abordagens teóricas, tradições e experiências políticas? A base teórica na qual se assenta Coutinho não é a mesma de Chico de Oliveira. Por sua vez, esses certamente não compartilham as análises sobre a crise estrutural do capitalismo, manifestada por Leher e Badaró. Por outro lado, a tradição trotskista do Socialismo e Liberdade, de Babá e Luciana Genro certamente ainda não se esqueceram inteiramente das críticas que realizavam ao Coutinho das teses de “democracia como valor universal”.

Essas diferentes tradições políticas e intelectuais localizam-se na esperança (ilusão) de que *o espaço institucional burguês constitui-se no espaço político privilegiado para acúmulo de forças sociais e organização política*. É certo que a elaboração ideológica de Coutinho constitui argumentação que galvaniza e justifica uma estratégia anacrônica de transição para o socialismo baseada nos espaços institucionais burgueses, ou seja, que considera que o

³ Manifesto Esquerda Socialista e Democrática, 19/01/2004.

Estado não é determinado por uma classe social dominante. Uma de suas pontas certamente refere-se ao “eurocomunismo”, da década de 1970, desenvolvido especialmente pelo Partido Comunista Italiano (PCI), tendo como figura central Enrico Berlinguer⁴. Mas é necessário afirmar também que há uma tradição ideológica frentepopulista – diria Marx, uma verdadeira força material– que se constituiu no Brasil, anterior a Coutinho. A outra ponta, portanto, da “tese do valor universal” e o privilegiamento do espaço institucional têm sua principal matriz na *Declaração de março de 1958*, no qual são considerados os espaços privilegiados democrático-burgueses. Aqui cabe uma rápida citação:

O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o Ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. (...). O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estende-la, em benefício das massas. O aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e a extra-parlamentar⁵.

Leandro Konder sobre tal documento considera que passou a prevalecer uma tendência no PCB que reconhecia a necessidade de uma reflexão nova em torno da “questão democrática” – tanto ao nível da atividade político-partidária como ao nível da sociedade em geral. No plano geral da sociedade, diz existir o “reconhecimento de que havia um processo objetivamente favorável à luta pela democracia vinculada ao próprio desenvolvimento capitalista”⁶. Além disso, interessa outra observação de Konder: “existe toda uma história muito significativa de aprofundamento da reflexão em torno da democracia, no interior mesmo do PCB e anterior ao ‘eurocomunismo’”⁷.

A tradição cebrapiana e Chico de Oliveira

Francisco de Oliveira não esteve na organização inicial da proposta desse movimento por um novo partido, mas em reunião em São Paulo, definiu seu apoio à sua constituição. Oliveira expressa os ânimos de setores da intelectualidade acadêmica, especialmente no eixo

⁴ Eduardo Almeida, Um novo partido velho, *Opinião socialista*, n.167, p.4-5.

⁵ Partido Comunista Brasileiro, *Declaração de março de 1958*, p.22. In: *PCB: vinte anos de política (1958-1979)*.

⁶ Leandro Konder, *A democracia e os comunistas*, 1980, p.94.

⁷ Idem.

Rio de Janeiro-São Paulo, que esteve por largo trajeto envolvida com o PT e apoiando a candidatura Lula em várias eleições. As suas críticas ao governo acompanhou a própria radicalização dos ex-petistas (Babá, Luciana Genro e Heloísa Helena). Da mesma maneira que os ex-radicais, o sociólogo captou o crescente descontentamento em sua base principal, as universidades, sobre os projetos de contra-reformas iniciado com a previdenciária. Essa foi a condição que o destacou ao longo de 2003 junto ao crescente descontentamento daqueles setores. O que lhe trouxe a ampliação de espaços de debates em várias partes do país, no qual pode explanar suas principais idéias sobre governo, reformas e propostas políticas.

Da crítica à reforma da previdência, “anti-trabalhador e pró-sistema financeiro”, passando pela crítica à reforma tributária, não faltando inclusive a crítica à política externa considerada como “a crença no livre comércio, em áreas de mercados livres, na contramão da rica experiência latino-americana, teorizada brilhantemente por Raúl Prebisch e Celso Furtado”⁸. Tornaram-se constantes as referências a Prebisch e Furtado, é o retorno ao mito do desenvolvimento econômico autônomo tão propugnado pela corrente cepalina, matriz ideológica latino-americana que sustentou o nacional-desenvolvimentismo.

Seu desligamento do Partido dos Trabalhadores apresenta-se no mesmo contexto da expulsão dos radicais petistas. Isso não ocorre de maneira ocasional. Oliveira e outros intelectuais acadêmicos manifestaram-se em diversos debates contra as formas “antidemocráticas” como estavam sendo tratados os parlamentares que discordavam da linha petista. Manifestou-se contra a punição dos oito deputados que se abstiveram na votação do projeto da previdência, como também contra a eminente expulsão dos parlamentares petistas. Por último, atuou como testemunho de defesa dos radicais, na Comissão de Ética petista, reunida no dia 12 de dezembro de 2003.

A tradição teórica configurada no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), lhe impôs a peia da escola. Esse centro de pesquisa tornou-se a principal instituição acadêmica desde 1969 onde se desenvolveu seus principais temas sobre a teoria do autoritarismo e a democracia, sociedade civil e distribuição de renda. Na realidade, uma maneira de compreender a realidade social e econômica brasileira, sua inserção no plano internacional, a composição e papel do Estado Nacional brasileiro, e a configuração das classes sociais e da industrialização no país está em muito marcada por essas referências intelectuais. A interpretação sobre a ditadura militar, a sociedade civil e a democracia que iria

⁸ Entrevista à *Reportagem*, fevereiro de 2003. Raúl Prebisch foi o fundador da Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL). Celso Furtado também participou dessa Comissão que visava centralmente

se tornar hegemônica sobre as forças oposicionistas, inclusive entre as correntes de esquerda marxista, pode ser representada na elaboração teórico-política hegemônica no CEBRAP.

Suas pesquisas e elaborações na área de ciências sociais desenvolvem-se há mais de trinta anos, entre as quais podemos citar: *Crítica à razão dualista* (1972), *Elegia para uma re(l)igião* (1984), *O surgimento do anti-valor* (1988), *Os direitos do antivalor* (1988). Esses são alguns textos que lhe referenciam a posição de intelectual. Durante os anos de ditadura militar, ao lado de outros intelectuais do CEBRAP chegou a ser preso acusado de comunista. Também esteve presente em projetos editoriais da então imprensa alternativa, como no *Movimento* e no *Em tempo*, em sua primeira fase (1977-1979). Logo a frente, esteve na fundação do Partido dos Trabalhadores.

O rompimento do intelectual com o PT e o Governo Lula é certamente um fato marcante no atual campo da Frente Popular. Essa história reforça sua imagem de intelectual crítico e de esquerda, que em anos anteriores o transformou em figura respeitável entre setores da esquerda, especialmente entre a *intelectualidade orgânica* petista. Oliveira esteve sempre no campo político da Articulação petista. É possível verificar em suas posições uma análise que perpassa por uma perspectiva *ideológica frentepopulista*. Exemplo disso foi seu posicionamento diante das eleições indiretas para presidente da república, em 1984.

Naquele período, Chico de Oliveira manifestou-se favorável ao candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves. Suas posições são interessantes para compreendermos sua trajetória teórica e ideológica, como também seu posicionamento atual.

O “apoio crítico” a Tancredo Neves seria porque se inviabilizara uma terceira alternativa política, que seriam as eleições diretas para presidência da República. Nesse sentido, para Oliveira, naquele cenário político apenas existiriam duas forças: um grande centro conservador e uma força burguesa reacionária em torno de Paulo Maluf. Esse apoio crítico equilibraria a direção política do governo⁹. Para isso, defendia Oliveira, seria necessária a composição de um bloco envolvendo “o PT, a esquerda independente do PMDB, cuja figura central – todo mundo sabe – é o senador Fernando Henrique, deveriam traçar uma estratégia - incluindo o PDT do governador Leonel Brizola, que não é um gato morto, de nenhum jeito.

estabelecer o que se chama de base de um projeto nacional-desenvolvimentista. É interessante observar como em diversos espaços intelectuais e políticos retornam as idéias, propostas e lembranças de 50 anos atrás.

⁹ Em entrevista ao *Estado de São Paulo*, publicada em 10 de junho de 2003, Oliveira considera que “o PT errou quando expulsou os três deputados que votaram no colégio eleitoral (José Eudes, Bete Mendes e Airton Soares) e nunca reconheceu esse erro. Voltou a errar ao não subscrever a Constituinte e ao não apoiar Luiza Erundina quando ela integrou o ministério de Itamar Franco. Já erramos muitas vezes e podemos continuar a errar. O PT deveria se arejar”.

Esse conjunto de forças deveria barganhar com um governo conservador como o Tancredo Neves vai ser, se tudo correr bem e se não houver nenhum retrocesso no caminho”¹⁰.

A pressão política sobre o “governo conservador” ocorreria nos problemas sociais da maioria da população, inclusive negociando “o controle na repartição das áreas de força, o controle dos ministérios sociais, porque eu estou convencido que é pelo lado social que se vai mudar o modelo”¹¹. Acreditava que pelo lado social mudaria-se o modelo econômico, como ele analisa o que teria ocorrido nos países europeus, a partir da constituição do Estado de Bem-Estar Social. O velho aliancismo político de classe apresentava-se com suas cores, agora não mais somente como Partido Comunista mas por dentro de uma esquerda política dentro do PT.

Referências bibliográficas

1. COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia como valor universal. *Encontros com a civilização brasileira*, n.9, p.33-47, 1979.
2. ESQUERDA SOCIALISTA DEMOCRÁTICA. In: Novo Partido em Debate. *Revista do Movimento por um Novo Partido Socialista*, fev. de 2004, p.66. (anexo).
3. KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
4. LENIN. *Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1979.
5. MORENO, Nahuel. *As revoluções do século XX*. São Paulo: Luis e Rosa Sunderman, 2004.
6. OLIVEIRA, Francisco. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
7. OLIVEIRA, Francisco. O onitorrinco. In: OLIVEIRA. *Crítica à razão dualista. O onitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. pp.125-50.
8. OLIVEIRA, Francisco. *O surgimento da teoria do antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público*” *Novos Estudos Cebrap*, n.22, outubro de 1988, pp.8-28.
9. PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Declaração sobre a política. Março de 1958. In: *PCB: vinte anos de política – 1958-1979*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. pp.3-27.

¹⁰ Entrevista concedida por Francisco de Oliveira ao jornal *Folha de São Paulo*, 13/10/1984.

¹¹ *Idem*.